ANEXO B

Quadro de equiparações dos funcionários dos CTT ultramarinos previstos no artigo 6.º

Categoria nos CTTU	Gradação no Exército
Grupo I	
Director de 2.ª classe	Tenente-coronel.
Director de 3.ª classe	Major.
Grupo II	
Primeiro-oficial	Capitão.
Segundo-oficial	Tenente.
Terceiro-oficial	Alferes.
Operador	Aspirante a oficial.

Ministério do Exército, 4 de Janeiro de 1966. — O Ministro do Exército, *Joaquim da Luz Cunha*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Portaria n.º 21 771

Verificando-se a necessidade de alterar várias disposições do Regulamento Relativo ao Registo das Embarcações de Recreio, a Gradações, Cursos e Exames e Respectiveiros Programas, às Relações com Associações Náuticas, às Receitas e Penalidades e, de Uma Maneira Geral, aos Assuntos que se Relacionem com o Desporto Náutico, aprovado pela Portaria n.º 12 815, de 12 de Maio de 1949:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que o artigo 5.º, o n.º 5) do artigo 6.º e os artigos 16.º, 32.º, 37.º e 38.º do referido regulamento passem a ter a seguinte redacção:

Art. 5.º As embarcações de recreio agrupam-se, quanto ao modo de propulsão, nas seguintes classes:

Embarcações, com convés, a motor	A
Embarcações, com convés, à vela e com motor	B
Embarcações, com convés, à vela e sem motor	C
Embarcações, de boca aberta, à vela e com motor	D
Embarcações, de boca aberta, à vela e sem motor	E
Embarcações, de boca aberta, com motor	F
Embarcações a remos	G

Art. 6.º

5) Motor: marca, número de cilindros, potência, respectivo número de rotações e combustível empregado (nas embarcações das classes A, B, D e F).

Art. 16.º As embarcações de recreio devem ter fixada, em lugar visível, uma chapa de modelo F anexo a este regulamento com o seu número de registo, chapa que pode ser fornecida ao interessado, contra pagamento, na secção respectiva da Brigada Naval.

§ único. Para facilidade de identificação, as embarcações de recreio devem ter, em local bem visível, o nome de registo da embarcação.

Art. 32.º As denominações das diversas gradações de praticantes amadores de actividades náuticas são: principiante, marinheiro, patrão, patrão de costa e patrão de alto mar.

a) *Principiante* é o amador autorizado a governar embarcações de vela até 1 t;

b) *Marinheiro* é o amador habilitado a governar embarcações, de vela ou a motor, até 3 t, dentro dos limites estabelecidos para cada um dos portos onde solicite o seu registo;

c) *Patrão* é o amador habilitado a governar e a comandar embarcações de recreio, à vela ou a motor, dentro dos limites estabelecidos para cada um dos portos do continente, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas; tratando-se do porto de Lisboa, aquele limite abrangerá a baía de Cascais;

d) *Patrão de costa* é o amador habilitado a governar e a comandar embarcações de recreio, à vela ou a motor, nos portos, rios e costa dentro dos limites da navegação costeira compreendidos entre o cabo Finisterra e o estreito de Gibraltar e ao longo do litoral das ilhas adjacentes e das províncias ultramarinas;

e) *Patrão de alto mar* é o amador habilitado a governar e a comandar embarcações de recreio, à vela e a motor, em navegação oceânica.

§ único. Os praticantes amadores de actividades náuticas só serão considerados como tal desde que estejam habilitados com uma das gradações das mencionadas neste artigo.

Art. 37.º As provas para as diferentes gradações são as determinadas nos artigos seguintes.

Para principiantes (só vela) e para marinheiro (vela e motor)

Art. 38.º O programa da parte teórica é o seguinte:

a) Para principiante: regras de navegação para evitar abalroamentos;

b) Para marinheiro: conhecimentos gerais de embarcações miúdas, sua nomenclatura, aparelho e palamenta; regras de navegação para evitar abalroamentos.

§ único. A secção de desportos náuticos da Brigada Naval poderá exigir um exame prático quando o reconhecer necessário.

Ministério da Marinha, 4 de Janeiro de 1966. — O Ministro da Marinha, *Fernando Quintanilha Mendonça Dias*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Gabinete do Ministro

Decreto n.º 46 827

Tornando-se necessário aplicar o disposto no artigo 9.º do Decreto n.º 46 250, de 19 de Março de 1965, que criou a Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica de Timor, a outros técnicos com cursos médios;

Tendo em vista o disposto no § 1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. O artigo 9.º do Decreto n.º 46 250, de 19 de Março de 1965, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 9.º Os subsídios diários a abonar ao pessoal técnico das brigadas e dos serviços da província de Timor de conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 44 364 nos seus artigos 7.º (com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 32.º do Decreto n.º 45 083, de 24 de Junho de 1963), 8.º (com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 13.º do Decreto n.º 44 730, de 24 de Novembro de 1962) e 9.º são fixados nas importâncias seguintes:

Chefes de serviços ou de brigada (E): 200\$ a 300\$;
 Engenheiros de 1.ª classe ou outros técnicos de curso superior e quiparado (F): 150\$ a 200\$;
 Outros técnicos com o curso superior (G e H): a 175\$;
 Técnicos com cursos médios (I, J, K, L e M): 60\$ a 120\$;
 Topógrafos (L e M): 40\$ a 90\$;
 Auxiliares diversos: 25\$ a 50\$.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Janeiro de 1966. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas — *J. da Silva Cunha*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Junta Central de Portos

Portaria n.º 21 772

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Comunicações, de harmonia com o disposto no artigo 96.º do Estatuto das Juntas Autónomas dos Portos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 754, de 18 de Fevereiro de 1950, manter em vigor as tarifas provisórias da Junta Autónoma dos Portos de Sotavento do Algarve, aprovadas pela Portaria n.º 15 498, de 10 de Agosto de 1955, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 16 408, 19 033, 19 765 e 20 674, de, respectivamente, 11 de Setembro de 1957, 16 de Fevereiro de 1962, 16 de Março de 1963 e 9 de Julho de 1964, e mais as seguintes das redacções dos artigos 97.º e 99.º:

Art. 97.º Pela circulação de veículos nos arruamentos e terraplenos vedados da Junta cobram-se as seguintes taxas, por dia e por veículo:

Carros de mão	\$50
Automóveis ligeiros e veículos de tracção animal	1\$00
Camiões ou camionetas	2\$50
§ 1.º	
§ 2.º	

Art. 99.º Pela utilização das mesas da loja comercial cobra-se:

Por cada venda de peixe	1\$50
§ único	

Ministério das Comunicações, 4 de Janeiro de 1966. — O Ministro das Comunicações, *Carlos Gomes da Silva Ribeiro*.